

Parecer nº 01/84

Aprovado em 26/09/84 – Processo nº 23003.000137/84-3

Interessado: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD

Assunto: Consulta sobre repasse de percentual societário acumulado.

Relator: Conselheiro Dirceu de Oliveira e Silva

Ementa

O repasse do percentual Societário acumulado, à Associação na qual se filiou um titular cuja condição, até a sua filiação, era de não associado, é procedimento adequado e tem suporte no art. 18 da Resolução 31/83 e no Art. 9º dos Estatutos do ECAD.

I – Relatório

Versa o processo sobre consulta feita ao CNDA pela Interventora, Dra. Mirian Rapelo Xavier, em 18 de janeiro de 1984 e posta nos seguintes termos:

“Solicitamos que esse Conselho informe a esta Interventoria se é cabível a prática existente no ECAD de repassar o percentual Societário acumulado, à Associação na qual filiou-se um titular cuja condição, até a sua filiação, era de não associado”.

A CODEJUR, em parecer de fls. 02, e baseada no art. 103 da Lei nº 5988/73, que permite aos titulares de direitos autorais associar-se, sem intuito de lucro, para o exercício e defesa de seus direitos autorais, combinado com a disposição do art. 4º, § 6º, da Resolução nº 21/80, que permitia que os titulares de direitos autorais se inscrevessem **diretamente** no ECAD, abrindo mão da faculdade contida no mencionado art. 103, concluiu pelo cabimento desse procedimento. Assim, se um titular de direitos autorais não era associado a nenhuma entidade, e resolvesse se filiar a uma delas, nada mais natural que os seus direitos sejam repassados à Associação à qual se filiou.

O processo me foi distribuído em 09 de abril de 1984, quando, então, já se encontrava em vigor a Resolução nº 31, de 26 de outubro de 1983 e às vésperas da publicação da Resolução nº 32, de 11 de abril de 1984, razão pela qual solicitei a juntada dessas duas Resoluções, em 16 de maio de 1984, o que foi feito pela Secretária Executiva.

Devido ao acúmulo de processos em pauta, não foi possível relatá-lo em reuniões anteriores.

II – Análise

A rigor, a consulta feita pela Sra. Interventora, Dra. Mirian Rapelo Xavier, devia ser dada por prejudicada. Pelo transcurso do tempo e cessada a intervenção no ECAD, a dúvida suscitada pela Sra. Interventora já não tem destinatário certo. Todavia, mais um como exercício de análise do procedimento a ser adotado em hipóteses idênticas a que motivou a consulta, diante da regulamentação dada ao assunto pelas Resoluções 31 e 32 de 1984, creio que será de alguma valia para o ECAD, o exame da matéria e a opinião que sobre a mesma venha a emitir este Egrégio Conselho.

A resolução nº 31/83, nos seus art. 3º e 24, trata do assunto e no primeiro dos artigos citados veda ao ECAD receber diretamente, de titulares de direitos autorais poderes para fins de arrecadação e distribuição desses direitos. Essa atividade, antes permitida, é atualmente proibida, a não ser em relação àqueles titulares de direitos autorais que na data da Resolução nº 31/83, já eram filiados diretos do ECAD.

O espírito da Resolução nº 31/83, do qual resultaram os arts. 4º e 50 da Resolução nº 32/83 (Estatutos do ECAD), é o de prestigiar as associações, que devem funcionar na defesa rigorosa dos direitos de seus associados.

A figura esdrúxula da filiação direta do titular ao ECAD se radica na disposição contida no **parágrafo único** do art. 104, da Lei nº 5988/73, que criou uma situação anômala: ao mesmo tempo que o **caput** do art. 104 declara que pelo ato de filiação as associações se tornam mandatárias de seus associados, o **parágrafo único** abre uma reserva de iguais poderes em favor do mandante.

Felizmente essa situação tenderá a se extinguir com o correr do tempo, eis que não serão mais admitidas novas filiações de titulares diretamente ao ECAD, evitando-se *ad futurum* que mais um complicador seja instalado no ECAD, esse Escritório, sede de tantos conflitos, que até hoje não se mostrou um instrumento adequado à realização de suas finalidades: arrecadar e distribuir direitos autorais.

III – Voto

Voltando ao tema, eis que essa digressão reflete tão somente as preocupações deste Conselheiro com a situação dos titulares de direitos autorais, o repasse do percentual Societário acumulado, à Associação na qual se filiou um titular cuja condição, até a sua filiação, era de **não associado**. É procedimento adequado, e tem seu suporte no art. 18, da Resolução 31/83 e no art. 9º dos Estatutos do ECAD.

Brasília, 24 de setembro de 1984.

Dirceu de Oliveira e Silva
Conselheiro Relator

IV – Decisão do Colegiado

Parecer aprovado, à unanimidade, na 34ª Reunião Extraordinária de 26.09.84.

Cleto de Assis
Presidente em Exercício

D.O.U. 5.10.84 – Seção I, pág. 14607